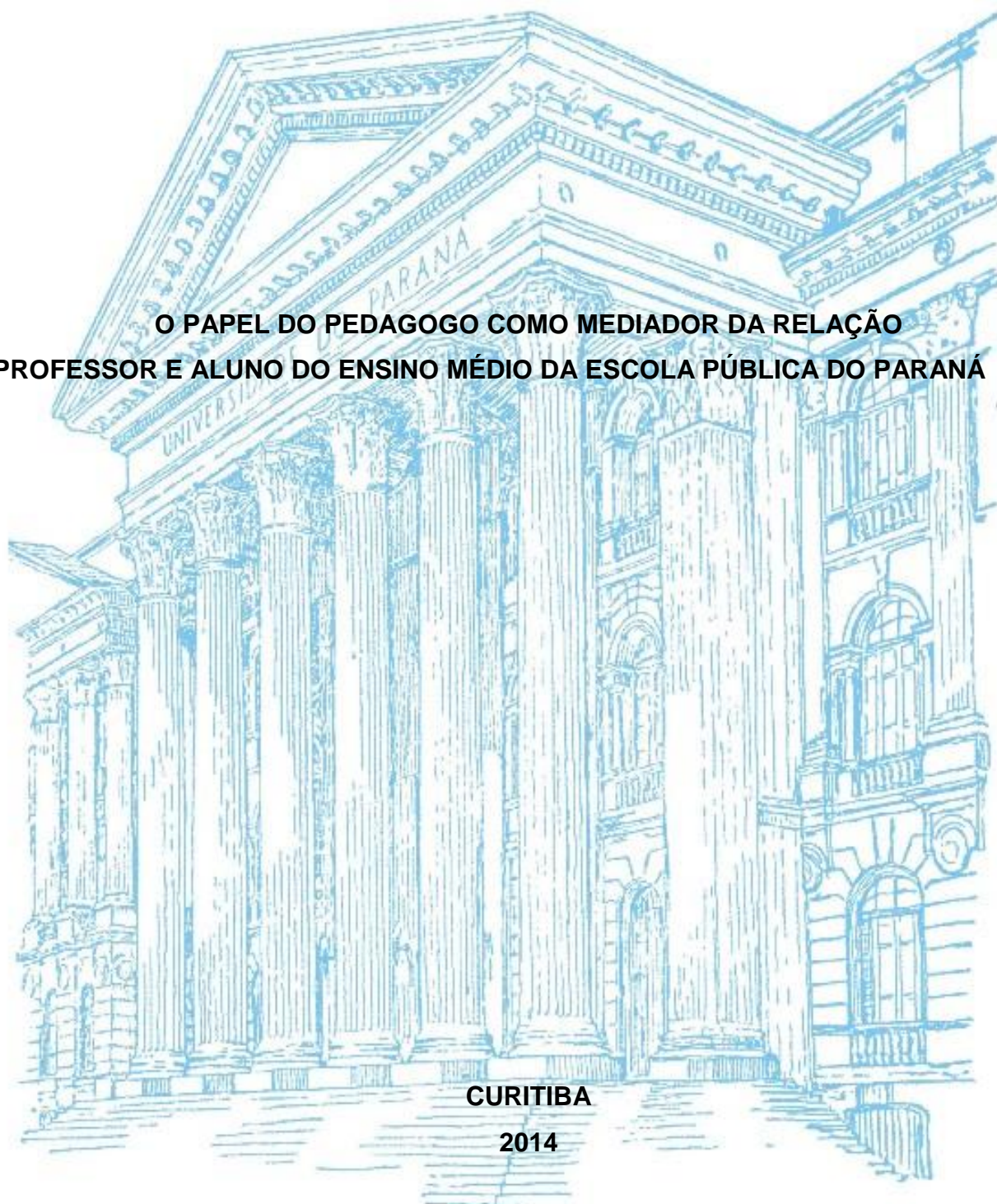


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO**

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

MARCIA HELENA FRONCHETTI

**O PAPEL DO PEDAGOGO COMO MEDIADOR DA RELAÇÃO
PROFESSOR E ALUNO DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA PÚBLICA DO PARANÁ**



CURITIBA

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

MARCIA HELENA FRONCHETTI



**O PAPEL DO PEDAGOGO COMO MEDIADOR DA RELAÇÃO
PROFESSOR E ALUNO DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA PÚBLICA DO PARANÁ**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Ademir Ap. Pinhelli Mendes

CURITIBA

2014

O PAPEL DO PEDAGOGO COMO MEDIADOR DA RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA PÚBLICA DO PARANÁ

FRONCHETTI, Marcia Helena ¹

MENDES, Ademir Aparecido Pinhelli ²

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão sobre o papel do pedagogo no contexto escolar, buscando situá-lo como mediador na relação professor e aluno. O pedagogo é o profissional que tem a função de mediar o trabalho pedagógico, agindo em todos os espaços de contradição para a transformação da prática escolar. Sua atuação se faz importante e necessária, buscando garantir, por meio da efetivação do processo ensino-aprendizagem, uma educação de qualidade aos estudantes. Não podemos deixar de considerar que esse processo se dá num contexto de relações sociais. Nesse sentido, o pedagogo assume também o papel de mediador, de articulador das relações entre o professor e o aluno. Este estudo, pretende direcionar o olhar para o pedagogo, enquanto mediador dessas relações.

PALAVRAS-CHAVE: pedagogo, mediação, relação professor-aluno

INTRODUÇÃO

Dentre as várias funções do pedagogo no contexto escolar, está a de organizar o trabalho pedagógico, no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar e a sistematizar, junto à comunidade escolar, atividades que levem à efetivação do processo ensino-aprendizagem, de modo a garantir o atendimento às necessidades do educando. Mas, entendemos que esta efetivação do processo ensino-aprendizagem se dá num contexto das relações sociais. Para Dayrell:

São as relações sociais que verdadeiramente educam, isto é, formam, produzem os indivíduos em suas realidades singulares e mais profundas. Nenhum indivíduo nasce homem. Portanto, a educação tem um sentido mais amplo, é o processo de produção de homens num determinado momento histórico. (1996, p.2)

¹ Pedagoga (UEM); Especialista em Educação Infantil (UEM); Técnica Pedagógica no Núcleo Regional de Educação de Cianorte.

² Formado em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo; Mestre em Educação (UFPR); Doutor em Educação (UFPR); Professor pesquisador - bolsista/UAB da UFPR; Professor de Filosofia no Ensino Médio do Quadro Próprio do Magistério do Estado do Paraná (Curitiba).

Diante desta realidade o pedagogo, além das funções que lhe são atribuídas, assume o papel de mediador das relações entre professor e aluno. Relações estas muitas vezes conflitantes. De acordo com Chrispino (2007), os conflitos que existem com mais frequência entre alunos e docentes são: o aluno não entender o que os professores explicam; notas arbitrárias; divergência sobre critério de avaliação; avaliação inadequada (na visão do aluno); discriminação; falta de material didático; não serem ouvidos (tanto alunos quanto docentes) e desinteresse dos alunos pela matéria de estudo.

Gadotti (2004, p. 34) considera que “[...] O pedagogo é aquele que não fica indiferente, neutro, diante da realidade. Procura intervir e aprender com a realidade em processo”. Portanto, vale ressaltar que para que o pedagogo possa intervir na prática pedagógica de maneira eficiente, numa ação transformadora da realidade, requer deste um domínio mais aprofundado das questões educacionais e pedagógicas presentes na escola, que ultrapasse o mero espontaneísmo e imediatismo com os quais se tem legitimado a cultura escolar.

Entendendo a importância do pedagogo dentro da instituição escolar é que nos propomos pesquisar sobre “O papel do Pedagogo enquanto mediador da relação professor e aluno do Ensino Médio do Colégio Estadual do Campo Machado de Assis”, situado no Marabá, distrito do município de Tuneiras do Oeste/PR, na qual é jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Cianorte/PR, com o objetivo principal de analisar, no contexto escolar, o papel do pedagogo, que se constitui na articulação e organização do trabalho pedagógico, bem como na mediação da relação professor e aluno.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, da instituição de ensino acima citada:

[...] a comunidade é composta por pessoas com pouca escolaridade, sendo uma classe composta por trabalhadores rurais e assalariados que trabalham no corte de cana-de-açúcar, plantio de mandioca e da criação de gados, frangos e bicho da seda. Temos uma parcela da comunidade que trabalham em indústrias de confecções, com sede no município de Tuneiras do Oeste e região. (p. 22)

Diante do diagnóstico sobre a comunidade escolar do Colégio Estadual do Campo Machado de Assis, descrito no Projeto Político Pedagógico, entendemos que para a realização da pesquisa, seria necessário conhecer um pouco mais sobre o sujeito do Ensino Médio e suas relações, na referida instituição de ensino.

Dentre as abordagens de pesquisa possíveis de se realizar, consideramos que a abordagem qualitativa seria a mais adequada, deste modo adotamos o estudo de caso como modalidade de pesquisa. A busca dos dados foi feita pela consulta à documentos escritos como textos e artigos de autores que abordam o assunto.

Nesta perspectiva, realizamos uma investigação teórica no intuito de contextualizar o Ensino Médio como etapa da educação básica, caracterizar o sujeito que frequenta esta etapa, o trabalho docente e a função do pedagogo no contexto escolar.

Para André:

[...] quase todos os estudos incluem análise de documentos, sejam eles pessoais, legais, administrativos, formais ou informais. [...] Documentos são muito úteis nos estudos de caso porque complementam informações obtidas por outras fontes e fornecem base para triangulação dos dados (2008, p. 53).

Buscando obter dados importantes sobre a dinâmica do cotidiano escolar e suas relações, no intuito de levantarmos alguns apontamentos sobre a função do pedagogo enquanto mediador da relação professor e aluno, propomos também a aplicação de um questionário aos estudantes do Ensino Médio do Colégio Estadual do Campo Machado de Assis.

Labes (1998) enfatiza a necessidade de se ter grande atenção na formulação das perguntas, especialmente no que diz respeito à escolha e à utilização das palavras, à clareza, à terminologia adequada e à linguagem de fácil compreensão. Essa técnica de investigação, composta por questões apresentadas por escrito, na qual optamos, tem a intenção de identificar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas pelos sujeitos. O questionário foi aplicado aos estudantes da 1ª à 3ª série do Ensino Médio, que estiveram presentes no dia da aplicação, composto de 40 questões, destas 36 questões objetivas e de múltipla escolha e 4 questões abertas. Este instrumento, nos possibilitou obter informações que dizem respeito sobre os sujeitos envolvidos no processo educativo. A análise desses dados será apresentada no decorrer da pesquisa.

1. O ENSINO MÉDIO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Ao refletirmos sobre o papel do pedagogo, enquanto mediador da relação professor e aluno no Ensino Médio, não podemos deixar de contextualizar, brevemente, como se constituiu o Ensino Médio na história da educação brasileira.

Buscando situar o Ensino Médio ao longo da história, Castro apresenta:

No Brasil Imperial, da República Velha, da Era Vargas até 1961, o ensino secundário de 2º ciclo, que a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) foi denominado ensino médio, caracterizava-se por ser um ensino de caráter propedêutico, voltado para as minorias da elite, em oposição ao ensino profissionalizante, voltado para as classes populares e sem a possibilidade de acesso ao ensino superior. Essa dualidade de acesso ao ensino superior persistiu até promulgação da LDB nº 4.024/61 (BRASIL, 1961), sendo que a existente entre o ensino médio e o profissional permanece até hoje. (2010, p. 91).

Para Nascimento:

Historicamente, o Ensino Médio no Brasil se caracteriza pela dualidade estrutural, que estabelece políticas educacionais diferenciadas para as camadas sociais distintas, definidas pela divisão social do trabalho. As reformas educacionais para o Ensino Médio (propedêutico e profissional), realizadas na última década, não conseguiram avançar no sentido de eliminar essa dualidade através da escola unitária que propicie formação geral e uma habilitação profissional. (2007, p.77).

O Ensino Médio, antes conhecido como 2º grau, a partir da LDB 9394/96 passa a ser compreendido como a etapa final da Educação Básica, estando estruturado em três anos, com objetivo de consolidar o aprimoramento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, além da preparação para a vida e para os primeiros passos no mercado de trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, em seu artigo 21, estabelece o Ensino Médio como uma etapa da educação básica: “Art. 21º. A educação escolar compõe -se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio”.

No artigo 35 desta mesma lei, são apresentadas as finalidades do Ensino Médio:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:
I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a serem observadas na organização curricular pelos sistemas de ensino e suas unidades escolares, articulando-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, estabelece em seu artigo 3º que o Ensino Médio é um direito social de cada pessoa, e dever do Estado na sua oferta pública e gratuita a todos.

O artigo 4º desta mesma resolução estabelece que:

As unidades escolares que ministram esta etapa da Educação Básica devem estruturar seus projetos político-pedagógicos considerando as finalidades previstas na Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional):

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013):

[...] trabalho, ciência, tecnologia e cultura são instituídos como base da proposta e do desenvolvimento curricular no Ensino Médio de modo a inserir o contexto escolar no diálogo permanente com a necessidade de compreensão de que estes campos não se produzem independentemente da sociedade, e possuem a marca da sua condição histórico-cultural. (p. 162).

A articulação entre ciência, cultura, tecnologia e trabalho como eixo central no Ensino Médio, segundo Frigotto:

[...] reside um ponto central para recuperar seu sentido de educação básica que faculte aos jovens as bases dos conhecimentos que lhes permitam analisar e compreender o mundo da natureza, das coisas e o mundo humano/social, político, cultural, estético e artístico. (2004, p.58)

Neste contexto, Frigotto (2005, p. 16) considera que “o ensino médio, concebido como educação básica e articulado ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, constitui-se em direito social e subjetivo e, portanto, vinculado a todas as esferas e dimensões da vida”. Essa concepção do Ensino Médio apresenta grandes desafios para sua efetivação, pois o Ensino Médio situa-se como fase final da educação básica e articula-se com a formação profissional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 apresenta no seu artigo 22 o aprimoramento da pessoa humana como uma das finalidades da educação básica. Para Frigotto (2009, p.11) o estabelecimento de uma relação entre educação profissional e desenvolvimento humano, demanda “um conjunto de decisões e políticas que se desenvolvam de forma concomitante e articulada, buscando atender, ao mesmo tempo, os critérios de justiça social e de resposta aos imperativos das necessidades da produção”. Contudo, esse entendimento exige uma compreensão do Ensino Médio de forma mais ampla em seus princípios e objetivos.

Ramos, propõe que:

Em face dessas contradições, é preciso que o ensino médio defina sua identidade como última etapa da educação básica mediante um projeto que, conquanto seja unitário em seus princípios e objetivos, desenvolva possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos que o constituem – adolescentes, jovens e adultos – reconhecendo-os não como cidadãos e trabalhadores de um futuro indefinido, mas como sujeitos de direitos no momento em que cursam o ensino médio. (2003, p. 4)

O Ensino Médio entendido como parte integrante da educação básica, constitui-se como direito do cidadão e dever do Estado, com garantia de acesso e permanência e qualidade do ensino oferecido. Ao discutirmos a universalização de um Ensino Médio com qualidade social, (KUENZER, 2010, p. 862) afirma que “a discussão da qualidade social a ser buscada para o Ensino Médio remete à análise da concepção que se tem defendido para os que vivem do trabalho, tomando como referência a dualidade estrutural e seus impactos sobre esta etapa da educação básica”. Desse modo Kuenzer acredita que:

[...] valem as observações relativas à necessidade de uma nova organização curricular, acompanhada de programas de formação inicial e continuada de professores, mais adequada à nova realidade do jovem que vive em relações sociais e produtivas marcadas pela exclusão, pela ausência de projeto futuro, pela complexidade tecnológica e dos meios de comunicação, pela flexibilidade, pela instabilidade. (2010, p. 869)

As reflexões mais aprofundadas sobre o Ensino Médio, nos exigem também, buscar a compreensão de quem é o sujeito que o frequenta e o que caracteriza esse sujeito.

2. O SUJEITO DO ENSINO MÉDIO

Considerando que o maior número de estudantes nesse nível de ensino, são pessoas entre 15 e 19 anos, isso implica construirmos uma noção de juventude, pois de acordo com a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, em seu artigo 1º - § 1º diz que para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

De acordo com Spósito:

O tema juventude alcançou maior visibilidade nos últimos quinze anos no Brasil como produto da intersecção de vários domínios da vida social e da ação de diferentes atores. Os jovens entram na pauta das políticas públicas como parte da questão social e do crescimento da violência no país. (2009, p. 19).

Para Dayrell (2003, p. 42), “a juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona”.

Dayrell, considera que, ao nos depararmos no cotidiano com as imagens que se tem da juventude, a mais arraigada é:

[...] a juventude vista na sua condição de transitoriedade, na qual o jovem é um vir a ser, tendo no futuro, na passagem para a vida, o sentido das suas ações no presente. Sob essa perspectiva, há uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade, negando o presente vivido. Essa concepção está muito presente na escola: em nome do vir a ser do aluno, traduzido no diploma e nos possíveis projetos de futuro, tende-se a negar o presente vivido do jovem como espaço válido de formação, assim como as questões existenciais que eles expõem, bem mais amplas do que apenas o futuro. (2003, p.41).

Dessa forma pensar o Ensino Médio, articulado ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, partindo dos sujeitos jovens exige-nos uma visão mais ampla sobre essa juventude e “uma compreensão histórica dos processos formativos e de construção de conhecimento nesse nível de ensino”, como aponta (FRIGOTTO, 2004, p. 57).

Esse mesmo autor nos chama atenção sobre a origem desse sujeito que frequenta o Ensino Médio:

Não se trata, também, de sujeitos sem rosto, sem história, sem origem de classe ou fração de classe. Os sujeitos a que nos referimos são predominantemente jovens e, em menor número, adultos, de classe popular, filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria, do campo e da cidade, de regiões diversas e com particularidades socioculturais e étnicas. (FRIGOTTO, 2004, p. 57).

Com dados obtidos no questionário aplicados aos alunos do Ensino Médio da instituição de ensino já mencionada, tomada como referência para a pesquisa, nos permitiu observar algumas características desse sujeito. A partir da análise dos 42 questionários respondidos, constatamos que a faixa etária, dos estudantes que frequentam o Ensino Médio do Colégio Estadual do Campo Machado de Assis, é entre 14 e 20 anos, 60% destes se declaram de cor parda, 80% moram na zona rural, 90% são solteiros e vivem com os pais. Destes, 40% não trabalham, 25% trabalham para ser independentes financeiramente, 25% trabalham para contribuir com a renda familiar e 10% trabalham para adquirir experiência profissional. No que se refere ao acesso à internet, 50% dos estudantes tem acesso à internet em casa e fazem uso frequentemente, 85% possuem celular e destes 65% com acesso à internet. Quando questionados sobre os planos para o futuro, 60% dos estudantes responderam que pretendem continuar os estudos ao concluir o Ensino Médio e trabalhar, 10% responderam que pretende continuar só estudando e 30% declararam que pretende parar de estudar para trabalhar, após concluir o Ensino Médio. Aproximadamente 90% dos estudantes consideram que a é importante frequentar a escola para ter acesso a novos conhecimentos e que esta é um ambiente para estar em contato com os amigos.

A partir dos dados obtidos através do questionário aplicado podemos situar com mais precisão “quem é o sujeito”, da aprendizagem. Diante de tal constatação, percebemos também que, a maioria dos nossos docentes, tem uma percepção

muito difusa sobre o perfil do aluno, o que indica que esta percepção, muitas vezes, não está vinculada ao jovem que frequenta a instituição na qual ele atua.

Krawczyk considera que:

[...] a maioria dos docentes conhecem bastante pouco da vida de seus alunos: onde e com quem moram, as atividades que realizam além de ir à escola, como ocupam os seus fins de semana, as características de suas famílias, suas expectativas e possibilidades futuras, etc. (p.194, 2003).

Consideramos que o sujeito que aprende carrega a subjetividade social dos diferentes espaços sociais na qual convive e que nenhuma atividade proposta no processo de ensino-aprendizagem resulta de uma atividade isolada do conjunto de experiências que caracterizam o mundo histórico e social desse sujeito.

3. O TRABALHO DOCENTE

Colocando-se a ênfase no sujeito que aprende, consideramos que o professor tem que desenvolver competências de criar, estruturar e dinamizar situações de aprendizagem e estimular a aprendizagem e autoconfiança nas capacidades individuais desse sujeito. Segundo Libâneo:

[...] o trabalho docente é atividade que dá unidade ao binômio ensino-aprendizagem, pelo processo de transmissão-assimilação ativa de conhecimentos, realizando a tarefa de mediação na relação cognitiva entre o aluno e as matérias de estudo. (1994, p.88).

Libâneo nos chama atenção sobre o trabalho docente, afirmando que este não é um trabalho de via única, ou seja:

O professor não apenas transmite uma informação ou faz perguntas, mas também ouve os alunos. Deve dar-lhes atenção e cuidar para que aprendam a expressar-se, a expor opiniões e dar respostas. O trabalho docente nunca é unidirecional. As respostas e opiniões mostram como eles estão reagindo à atuação do professor, às dificuldades que encontram na assimilação dos conhecimentos. Servem, também, para diagnosticar as causas que dão origem a essas dificuldades. (1994, p. 250).

Para Tardif e Lessard, o trabalho docente deve ser compreendido como:

[...] um trabalho socialmente reconhecido, realizado por um grupo de profissionais específicos, que possuem uma formação longa e especializada (geralmente de nível universitário ou equivalente) e que atuam num território profissional relativamente bem protegido: não ensina o que quer; é necessário uma permissão, um credenciamento, um atestado, etc. (2005, p. 42).

Kuenzer entende que, em face as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e com base nas políticas educacionais que elas determinam desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, o professor do Ensino Médio seja:

[...] muito mais do que um mero animador, competente para expor, cativando a atenção do aluno. Ele precisará adquirir a necessária competência para, com base nas leituras da realidade e no conhecimento dos saberes tácitos e experiências dos alunos, selecionar conteúdos, organizar situações de aprendizagem em que as interações entre aluno e conhecimento se estabeleçam de modo a desenvolver as capacidades de leitura e interpretação do texto e da realidade, comunicação, análise, síntese, crítica, criação, trabalho em equipe, e assim por diante. Enfim, ele deverá promover situações para que seus alunos transitem do senso comum para o comportamento científico. (1999, p. 171).

Luckesi, ao discutir sobre a relação professor-aluno, em uma perspectiva da tendência progressista “crítico social dos conteúdos” considera que:

[...] o conhecimento resulta de trocas que se estabelecem na interação entre o meio (natural, social, cultural) e o sujeito, sendo o professor o mediador, então a relação pedagógica consiste no provimento das condições em que professores e alunos possam colaborar para fazer progredir essas trocas. O papel do adulto é insubstituível, mas acentua-se também a participação do aluno no processo. Ou seja, o aluno, com sua experiência imediata num contexto cultural, participa na busca da verdade, ao confrontá-la com os conteúdos e modelos expressos pelo professor. Mas esse esforço do professor em orientar, em abrir perspectivas a partir dos conteúdos, implica um envolvimento com o estilo de vida dos alunos, tendo consciência inclusive dos contrastes entre sua própria cultura e a do aluno. Não se contentará, entretanto, em satisfazer apenas as necessidades e carências; buscará despertar outras necessidades, acelerar e disciplinar os métodos de estudo, exigir o esforço do aluno, propor conteúdos e modelos compatíveis com suas experiências vividas, para que o aluno se mobilize para uma participação ativa. (1994, p. 11).

Ao analisar o questionário aplicado aos alunos do Ensino Médio da instituição de ensino, tomada como referência para nossa pesquisa, pudemos constatar que os alunos, em sua maioria, consideram que os professores os atendem sem discriminação, demonstram ter preparado suas aulas, que fazem uso dos recursos audiovisuais disponíveis, estimulam o trabalho em grupo, tratam os assuntos com objetividade e clareza. Porém, os alunos em suas respostas nos permitem

evidenciar que os conteúdos de algumas disciplinas despertam mais interesse do que de outras, percebemos também, que esse interesse é despertado, principalmente, pelos encaminhamentos metodológicos adotados pelo professor, bem como a relação que este estabelece com seus alunos, durante suas aulas.

4. A FUNÇÃO DO PEDAGOGO NO CONTEXTO ESCOLAR

Em uma dimensão mais ampla da função do pedagogo, Pimenta distingue que:

[...] são pedagogos, em sentido amplo, todos os que exercem atividades de magistério em qualquer lugar e, também, os que trabalham em meios de comunicação, formadores de pessoal nas empresas, animadores culturais e desportivos, produtores culturais etc. (2002, p. 61).

De acordo com Libâneo, as práticas educativas não estão restritas apenas à escola, portanto o pedagogo:

[...] é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica. (2002, p. 68).

Para Gadotti (2004, p.86), “fazer pedagogia é fazer prática teórica por excelência. É descobrir e elaborar instrumentos de ação social”. Nela se realiza de forma essencial a unidade entre teoria e prática. Dessa forma, o pedagogo enquanto articulador da prática pedagógica, é “peça fundamental” na instituição de ensino, mediando a ação educativa na relação professor e aluno.

Diante desta afirmação o pedagogo, além das funções que lhe são atribuídas, assume o papel de mediador das relações entre professor e aluno. Relações estas muitas vezes conflitantes. De acordo com Chrispino (2007), os conflitos que existem com mais frequência entre alunos e docentes são: o aluno não entender o que os professores explicam; notas arbitrárias; divergência sobre critério de avaliação; avaliação inadequada (na visão do aluno); discriminação; falta de material didático; não serem ouvidos (tanto alunos quanto docentes) e desinteresse dos alunos pela matéria de estudo.

Na pesquisa realizada com os alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual do Campo Machado de Assis, constatamos que estes consideram, em sua maioria,

importante a presença do pedagogo na escola. Quando solicitados sobre o porquê a presença do pedagogo é importante, mais de 50% dos alunos justificaram que é pelo fato que o pedagogo substitui o diretor, na sua ausência. Ao fazermos a análise desta resposta, no contexto da escola, constatamos que por se tratar de uma instituição de pequeno porte, não existe diretor auxiliar. Dessa forma, o diretor faz uma escala de trabalho, entre os turnos de funcionamento, não estando presente todos os dias, no turno que esses alunos estudam. O pedagogo, passa então a ser a figura de referência, que representa o diretor, na sua ausência. Quando questionados especificamente sobre a função do pedagogo, para a maioria dos alunos, ele é o profissional que controla os alunos quanto a disciplina, que atende as situações de conflitos entre os alunos e entre alunos e professor, é aquele que controla as faltas dos alunos e as chegadas atrasadas ou saídas antecipadas, é o que dá os recados e que cobra os alunos sobre o desempenho escolar. Para 80% dos estudantes, seu relacionamento com o pedagogo é bom, já 20% destes afirmam não ter uma boa relação com o pedagogo, justificando que este profissional não estabelece vínculo de amizade com os alunos.

Como o conceito sobre o papel do pedagogo, dentro da instituição escolar, muitas vezes é limitado, Vasconcellos nos convida a uma reflexão sobre esta função:

[...] o pedagogo não é (ou não deveria ser): não é fiscal de professor, não é dedo duro (que entrega os professores para a direção ou mantenedora), não é pombo correio (que leva recado da direção para os professores e dos professores para a direção), não é coringa/tarefeiro/quebra galho/salva-vidas (ajudante de direção, auxiliar de secretaria, enfermeiro, assistente social, etc.), não é tapa buraco (que fica 'toureando' os alunos em sala de aula no caso de falta de professor), não é burocrata (que fica às voltas com relatórios e mais relatórios, gráficos, estatísticas sem sentido, mandando um monte de papéis para os professores preencherem – escola de 'papel'), não é de gabinete (que está longe da prática e dos desafios efetivos dos educadores), não é dicário (que tem dicas e soluções para todos os problemas, uma espécie de fonte inesgotável de técnicas, receitas), não é generalista (que entende quase nada de quase tudo). (2002, p. 86-87).

Para Saviani (1985), “o pedagogo é aquele que domina sistemática e intencionalmente as formas de organização do processo de formação cultural que se dá no interior das escolas” (p. 28). Pimenta aborda sobre o trabalho coletivo na escola e o papel do pedagogo nesta prática:

A prática na escola é uma prática coletiva. – os pedagogos são profissionais necessários na escola: seja nas tarefas de administração (entendida como organização racional do processo de ensino e garantia de perpetuação desse processo no sistema de ensino, de forma a consolidar um projeto pedagógico – político de emancipação das camadas populares), seja nas tarefas que ajudem o(s) professor(es) no ato de ensinar, pelo conhecimento não apenas dos processos específicos de aprendizagem, mas também da articulação entre os diversos conteúdos e na busca de um projeto – político coerente.(1985, p. 34).

Buscando uma compreensão mais ampla sobre a função do pedagogo na escola e como se dá a mediação deste profissional, na relação professor e aluno no Ensino Médio, consideramos que:

[...] é o caráter pedagógico que introduz o elemento diferencial nos processos educativos que se manifestam em situações históricas e sociais concretas. Precisamente pelo fato de a prática educativa desenvolver-se no seio de relações entre grupos e classes sociais é que se ressalta a mediação pedagógica para determinar finalidades sociopolíticas e formas de intervenção organizativa e metodológica do ato educativo. (PIMENTA, 2002, p. 66).

Dayrell considera que:

São as relações sociais que verdadeiramente educam, isto é, formam, produzem os indivíduos em suas realidades singulares e mais profundas. Nenhum indivíduo nasce homem. Portanto, a educação tem um sentido mais amplo, é o processo de produção de homens num determinado momento histórico. (1996, p.2).

Para Franco, o pedagogo é o mediador dentro da instituição escolar, na efetivação de uma prática educativa emancipatória:

[...] o pedagogo será aquele profissional capaz de mediar teoria pedagógica e práxis educativa e deverá estar comprometido com a construção de um projeto político voltado à emancipação dos sujeitos da práxis na busca de novas e significativas relações sociais desejadas pelos sujeitos. (2003, p.110).

Considerando a necessidade da delimitação do papel de cada um dentro da escola e a importância do trabalho coletivo, que garantirá bons resultados no processo educativo, é que o pedagogo assume a função de articular coletivamente as ações no ambiente escolar, de maneira, que os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, assumam as responsabilidades de sua função específica, em busca da efetivação do proposto no projeto político pedagógico da instituição escolar.

Neste contexto, o pedagogo, no exercício de sua função, promove a mediação na relação professor e aluno do Ensino Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propormos, neste artigo, a reflexão sobre o papel do pedagogo na mediação da relação professor e aluno, não tínhamos a intenção de esgotarmos as possibilidades desta ação, nem tão pouco propormos soluções para as mais diversas funções que o pedagogo assume, no contexto das instituições escolares.

A principal intenção foi de promovermos a reflexão sobre o papel do pedagogo enquanto mediador das relações dentro da escola, buscando uma aproximação do que é proposto, por diversos autores sobre a função do pedagogo, sobre o que acreditamos ser importante na ação do pedagogo para o sucesso do processo ensino-aprendizagem, bem como qual é a visão que o sujeito da aprendizagem tem sobre esse profissional.

Durante a revisão bibliográfica e com a análise da pesquisa realizada com os alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual do Campo Machado de Assis, pudemos perceber o distanciamento que existe entre o que se propõe como função para o pedagogo e o que ele realmente exerce, na concepção dos sujeitos envolvidos no processo educativo, que comprovam que este profissional, assume cotidianamente papéis que não lhe compete, como já apresentado anteriormente, papel de fiscal de professor, coringa, quebra galho, etc.

Mas, este estudo nos possibilitou também, uma reflexão sobre a importância de conhecermos um pouco mais o sujeito que aprende, um sujeito que tem sua história, suas origens, características próprias, perspectivas e anseios. Daí, podemos situar a necessidade do pedagogo ter claro e definida a sua função, dentro do contexto escolar, promovendo a mediação na relação do professor com este sujeito que aprende, tornando as ações dos envolvidos no processo educativo, ações que estejam voltadas para um mesmo objetivo, a efetivação de uma prática educativa emancipatória.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. 3 ed. Brasília: Líber livros, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- _____. Secretaria Nacional da Juventude. **Estatuto da Juventude - Lei nº 12.852**, Brasília: 2013.
- _____. **LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 26/01/2014.
- _____. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução n. 2, de 30 de janeiro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, DF, 30 jan. 2012.
- CASTRO, R.M.; GARROSSINO, S.R.B. **O Ensino Médio No Brasil: Trajetória e Perspectivas de uma Organização Politécnica Entre Educação e Trabalho**. ORG & DEMO (Marília), v. 11, n.1, p. 91-102, jan./jun., 2010.
- CHRISPINO, A. **Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, p. 11-28. 2007.
- DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (org). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- _____. **O jovem como sujeito social**. In: Revista Brasileira de Educação. n.24, set/out/nov/dez, 2003.
- _____. **A Educação do aluno trabalhador: uma abordagem alternativa**, Educação em Revista. Belo Horizonte: p. 21-29. Jun. 1992.
- FRANCO, M. L. P. B.; NOVAES, G. T. F. **Os jovens do ensino médio e suas representações sociais**. *Cadernos de Pesquisa* 112: p.167-183. 2001.
- FRANCO, M. A. S. **Pedagogia como ciência da educação**. Campinas: Papius, 2003.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. & RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: Concepção contraditórias**. São Paulo, Editora Cortez, 2005.
- _____, G.; CIAVATTA, M. & RAMOS, M. **Educação Profissional e Desenvolvimento**. In. Coletânea organizada pelo Centro Internacional de Educação Técnica e Profissional, com o patrocínio da UNESCO. UNIVOC, 2009.

_____, G.; CIAVATTA, M. **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho**. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. – Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.

KRAWCZYK, N. **A escola média: um espaço sem consenso**. Cadernos de Pesquisa, v. 120, p. 169-202. 2003.

KUENZER, A. Z. **As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrando**. Educação e sociedade, v. 20, n. 68, p. 163-183, 1999.

_____. **O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida**. *Educação & Sociedade* 31.112, p. 851-873. 2010.

LABES, E. M. **Questionário: do planejamento à aplicação na pesquisa**. Chapecó: Grifos, 1998.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, C. C. **Tendências pedagógicas na prática escolar**. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1994.

NASCIMENTO, M. N. M. **Ensino Médio no Brasil: determinações históricas**. *Ponta Grossa, UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes*, Ponta Grossa, 15 (1) 77-87, jun. 2007.

PIMENTA, S. G. (Org.). **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Orientador Educacional ou Pedagogo. In: Revista da ANDE, São Paulo, n. 9, p. 29-37, 1985.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Colégio Estadual do Campo Machado de Assis**. Tuneiras do Oeste, 2013

RAMOS, M. N. **O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura**. Poços de Caldas. Anped, 2003.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico Crítica: Primeiras aproximações**. 6. ed. São Paulo: Autores Associados, 1997.

_____. **Sentido da Pedagogia e Papel do Pedagogo**. In: Revista da ANDE, São Paulo, n. 9, p. 27-28, 1985.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. 2006.

_____, M. P. **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social** (1999-2006), volume 1. Marília Pontes Sposito, coordenação. – Belo Horizonte, MG :2009.

TARDIF, M. ; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político – pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.